

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-PL

Faculdade de Tecnologia - FT/UNICAMP - Limeira/SP - 08/03/2024 - 9:30 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Presente	
02	SABESP	Hélio Rubens Gonçalves Figueiredo	Titular	Ausente	
		Caroline Governatori	Titular	Presente	p/p Dário Júlio Silveira Peçanha
	Sec. da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Suplente	Justificado	
		Luis Henrique Martins Moreira	Suplente	Ausente	
03	Sec. de Desenvolvimento Urbano e Habitação	José Police Neto	Titular	Ausente	
		Eduardo Trani	Titular	Ausente	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
		José Ferreira Assis	Suplente	Ausente	
04	DAEE	Felipe Gobet de Aguiar	Titular	Presente	
		Sarah Janaina Menuzzo Quental	Titular	Presente	
	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marco César Prado	Suplente	Ausente	
05	Sec. de Agricultura e Abastecimento – SAA	Henrique Bellinaso	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
	Sec. de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco	Suplente	Justificado	
		Isadora M. G. da S. Lucas dos Santos	Suplente	Ausente	
06	Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA	Mariana Cristina S. Santos Coelho	Titular	Ausente	
	Instituto Estadual de Florestas – IEF	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
07	P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
		José Rubens Françoso	Titular	Presente	
	P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
		Marcos Eduardo Morelli	Suplente	Presente	
08	P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi	Titular	Ausente	
		Manuelito Pereira Magalhães Junior	Titular	Ausente	
	P.M. de Limeira	Mário Celso Botion	Suplente	Ausente	
		Simone Fernanda Zambuzi	Suplente	Justificado	
09	P.M. de Jundiá	Luiz Fernando Arantes Machado	Titular	Ausente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Titular	Presente	
	P.M. de Atibaia	Emil Ono	Suplente	Ausente	
		Fabiane Cabral da Costa Santiago	Suplente	Ausente	
10	P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato	Titular	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Titular	Presente	
	P.M. de Piracaia	José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
		Stela Dalva Sorgon	Suplente	Ausente	
11	P.M. de Saltinho	Hélio Franzol Bernardino	Titular	Ausente	
		João Francisco de Lima	Titular	Presente	
	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan	Suplente	Ausente	
		Laerson Andia Júnior	Suplente	Presente	
12	P.M. de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
		Giovanna Caldeira de Souza	Titular	Justificado	
	P.M. de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Suplente	Ausente	
		Clébia Fátima de Oliveira	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Titular	Presente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Suplente	Ausente	
14	SABESP	Maurício Polezi	Titular	Ausente	
	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
15	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Ausente	
16	CIESP-DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP-DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-PL

Faculdade de Tecnologia - FT/UNICAMP - Limeira/SP - 08/03/2024 - 9:30 horas

17	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Titular	Presente	
	AFOCAPI	José Rodolfo Penatti	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Mylena Nascimento R. de Oliveira	Titular	Presente	
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Ausente	
19	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
20	AEAS	Paulo Takeyama	Titular	Presente	
	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Suplente	Presente	
21	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Titular	Presente	
	Rotary International-D4621	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Ausente	
22	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Ausente	p/p Flávio Forti Stenico
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente	
23	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Presente	
24	Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena	Titular	Ausente	
	CRBio-4ª Região	Maurício Djalles Costa	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto

Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	SABESP	Mariza Fernanda da Silva	Coordenadora	Ausente
	DAEE	Deborah do Valle Nuvens Lunardi	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Ausente
	APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio	Coordenadora-adjunta	Ausente
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Convitado	Presente
CT-ID	USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
	AAP	Duarcides Ferreira Mariosa	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Ausente
	CIESP-DR Campinas	Vlamir Mitsuo Kanashiro	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	ASSEMAE	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Ausente
CT-OL	DAEE	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Ausente
	DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-PB	ASSEMAE	Gustavo Arthur Mechlin Prado	Coordenador	Ausente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	SAA	Melissa Pin Lucheti Sampaio	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Presente
	P.M. de Louveira	Patrícia Regina Ferreira Calegari	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane M. Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Ausente
	FT/UNICAMP	Cassiana M. Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Presente

Demais presentes

Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente
	Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi – Diretora Técnica
	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro
	Eduardo Cuoco Léo – Coordenador de Sistemas de Informação
	Diogo Bernardo Pedrozo – Coordenador de Projetos
	Douglas Brunelli
	Everton Campos Quiariara – Assessor de Comunicação
	Gabriel Sobreira

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-PL

Faculdade de Tecnologia - FT/UNICAMP - Limeira/SP - 08/03/2024 - 9:30 horas

	Katia M. S. Cezarino
	Laice Daniela Correia
	Lívia Maria O. Modolo
	Mariane Rodrigues Amuy
	Nicolle Passaglia Costa
	Raquel Quirino
	Tiago Valentim Georgette
	Tony Douglas Segatto – Coordenador Financeiro
Secretaria da Saúde	Marco Polo Batista
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Hidelvando S. dos Santos
SANASA	Donizete R. Santos
Sindicato Rural Rio Claro	Marcos A. P. Morais
Profill Engenharia	Sidnei Agra
FT/UNICAMP	Cleusa Santos
FT/UNICAMP	Osmar Prolasio
FT/UNICAMP	Pedro Santos
FT/UNICAMP	Wagner L. de Campos

Abertura e pauta. A convocação e a pauta da 92ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foram enviadas aos membros da CT-PL por meio de mensagem eletrônica em 01/03/2024. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e agradeceu a Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT/UNICAMP), localizada no município de Limeira/SP, por ceder o auditório para a realização da reunião. Na sequência, a palavra foi concedida à Sra. Caroline Túbero Bacchin, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL) e Secretária-executiva Adjunta do CBH-PCJ. Ela cumprimentou a todos e fez uma homenagem especial em celebração ao Dia Internacional da Mulher, desejando uma excelente reunião a todos os presentes. Na sequência, o Sr. Denis apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Aprovação da ata da 91ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 09/11/2023, no município de Jundiaí/SP.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 91ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), realizada em

09/11/2023, no auditório do Parque da Cidade, no município de Jundiaí/SP. A leitura foi dispensada por unanimidade, sendo aberta a palavra sobre o conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **3. Apreciação de minuta de deliberação ad referendum que empossa os membros do CBH-PJ1 no plenário do PCJ FEDERAL, indica os representantes para comporem a CT-PL e elege e empossa novo 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou que o ato governamental do Governador de Minas Gerais, ocorrido em 20/12/2023, designou os novos representantes junto ao plenário do CBH-PJ1. No dia 30/01/2024, ocorreu a assembleia de eleição e posse da nova diretoria do CBH-PJ1. Consequentemente é necessário empossar os membros do CBH-PJ1 no plenário do PCJ FEDERAL, além de indicar os representantes para comporem a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, eleger e empossar o novo 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, para o mandato vigente. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Gabriel Sobreira, representante da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ. Informou que o § 3º do art. 1º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 434/23, de 30/03/2023, estipula que os plenários dos Comitês PCJ deverão proceder à eleição do 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL após a conclusão do processo eleitoral e eleição do CBH-PJ1, para o

mandato 2023/2027. Também, no Regimento Interno do PCJ FEDERAL, relativo à composição das respectivas Diretorias e Secretarias Executivas, dispõe sobre a participação dos membros do CBH-PJ1 na composição do plenário do PCJ FEDERAL. Complementou, informando que a Deliberação *ad referendum* CBH-PJ1 nº 003/24, de 23/02/2024, indicou os membros do referido comitê para composição do plenário do PCJ FEDERAL e para a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), para o mandato 2023/2025, compreendido entre esta data e março de 2025. Assim, como o processo eleitoral do comitê mineiro finalizou no dia 30/01/2024, fez-se necessário a elaboração da minuta de deliberação *ad referendum* em discussão. Em seguida, explanou sobre o processo eleitoral ocorrido no CBH-PJ1 e detalhou a nova composição do comitê mineiro, para o mandato 2023-2027. Em seguida, listou os nomes dos novos membros da diretoria do CBH-PJ1, para o mandato 2023-2027: (i) Presidente: Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); (ii) Vice-presidente: Sr. Reginaldo Aparecido de Godoi, representante da Prefeitura Municipal de Itapeva; (iii) Secretário-executivo: Sr. Adilson Ramos de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do Estado de Minas Gerais (SINDÁGUA); e (iv) Secretário-executivo Adjunto: Sr. Maurício Djalles Costa, representante do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região. Assim, para a composição do plenário do PCJ FEDERAL, no segmento “Órgãos do Governo”, referente as vagas nºs 05, 06 e 07, foram indicadas respectivamente como titular as entidades - EMATER; Instituto Mineiro de Agropecuária e Polícia Militar; e como suplente as entidades - Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Instituto Estadual de Florestas e Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Para o segmento “Municípios”, referente as vagas nºs 09 e 10, foram indicadas respectivamente como titular as entidades - Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim e Prefeitura Municipal de Itapeva; e como suplente as entidades - Prefeitura Municipal de Camanducaia e Prefeitura Municipal de Itapeva. Para o segmento “Organizações Civis”, referente a vaga nº 10, foi indicada como titular a entidade - Circuito Serras Verdes e como suplente a entidade - Conselho Regional de Biologia da 4ª Região. Para o segmento “Usuários de Recursos Hídricos”,

referente as vagas nº 18, 19 e 20, foram indicadas respectivamente como titular as entidades - COPASA, FIEMG e FAEMG; e como suplente as entidades - SINMEC, SINMEC e FAEMG. Em relação a composição da CT-PL, os membros do CH-PJ1 indicaram para a vaga nº 06, do segmento “Órgãos do Governo”, como titular a entidade - Instituto Mineiro de Agropecuária e como suplente a entidade - Instituto Estadual de Florestas. Para a vaga nº 12, do segmento “Municípios”, ficou indicada como titular a entidade - Prefeitura Municipal de Camanducaia e como suplente a entidade - Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim. Na vaga nº 18, do segmento “Usuários de Recursos Hídricos”, ficou indicada como titular a entidade - FIEMG e como suplemente a entidade - SINMEC. Por fim, para a vaga nº 24, do segmento “Organizações Civis”, ficou indicada como titular a entidade - Circuito Serras Verdes e como suplente a entidade - Conselho Regional de Biologia da 4ª Região. Em seguida, o Sr. Gabriel finalizou sua apresentação demonstrando a composição final com as entidades e os nomes dos representantes integrantes da diretoria colegiada dos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestações e não havendo, submeteu o conteúdo da minuta de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 466/24, de 08/03/2024, que empossa o 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, os membros do CBH-PJ1 no Plenário do PCJ FEDERAL, e indica os representantes do estado de Minas Gerais para compor a CT-PL, para o mandato de 2023/2025, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada para publicação e assinatura dos presidentes dos Comitês PCJ. Por fim, o Sr. Denis deu boas-vindas à Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da FIEMG, Presidente do CBH-PJ1 e 1ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, junto a todos os representantes dos membros do CBH-PJ1, desejando-lhes um ótimo mandato. **4. Apreciação do Relatório sobre a execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 – exercício 2023.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve contextualização sobre o assunto informado que o Relatório trata sobre a execução financeira das ações prevista no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2021-2025 (PCP-PCJ 2021-2025), para o exercício 2023, com recursos advindos da

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-PL

Faculdade de Tecnologia - FT/UNICAMP - Limeira/SP - 08/03/2024 - 9:30 horas

180 cobrança PCJ federal. A Câmara Técnica Plano de
Bacias (CT-PB) é quem elabora o parecer técnico
sobre o referido Relatório, propõe possíveis ajustes
e posteriormente submete para apreciação da
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Em
seguida, a Sra. Kátia Cezarino, representante da
185 Coordenação de Sistemas de Informações da
Fundação Agência das Bacias PCJ, fez uma breve
apresentação sobre o Relatório de forma a subsidiar
a análise. A Sra. Kátia comunicou que a
apresentação sobre o tema seria compartilhada com
190 a Sra. Laice Daniele Correia, também representante
da mesma coordenação. A Sra. Laice iniciou
apresentando um glossário com algumas definições
para embasar a análise do Relatório. Passando
adiante, para a execução das ações previstas no
195 PAP-PCJ, citou que é necessário revisitar alguns
marcos, retornando ao ano de 2022, que foi
aprovado o Plano de Execução Orçamentária Anual
das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba,
Capivari e Jundiá (POA-PCJ), para o exercício
200 2023. No segundo semestre de 2023, foi realizado
a atualização do PAP-PCJ 2021-2025, para o
período 2023 a 2025, no qual se chegou no
montante de R\$ 37.000.000,00 (trinta e sete
milhões de reais). Partindo desse montante, a
205 porção de R\$ 24.800.000,00 (vinte e quatro milhões
e oitocentos mil reais) foram empenhados, ou seja,
as contratações foram efetivadas, conforme
previsto no POA-PCJ. Do montante de
R\$ 24.800.000,00, foram desembolsados o valor de
210 R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais). A
Sra. Laice prosseguiu informando que além da
análise do exercício 2023, existe o panorama geral,
no qual é observado os recursos financeiros
acumulados. Assim, continuou a Sra. Laice,
215 observando o montante total do quinquênio 2021-
2025, foi disponibilizado um valor de
R\$ 161.370.000,00 (cento e sessenta e um milhões,
trezentos e setenta mil reais) para o PAP-PCJ.
Desse total, a porção de R\$ 61.810.000,00
220 (sessenta e um milhões e oitocentos e dez mil reais)
foram empenhados até o exercício 2023, e, foram
desembolsados o total de R\$ 44.840.000,00
(quarenta e quatro milhões e oitocentos e quarenta
mil reais). No exercício 2023, alguns desafios
225 merecem destaques, referentes aos processos de
contratação que tiveram impugnação de editais;
atraso de processos na contratação de
gerenciadoras; e o aperfeiçoamento do processo de
planejamento de contratações. Para os próximos
230 exercícios, existem desafios como a realocação de
saldos contábeis para os anos subsequentes;

dinamismo do processo de planejamento
(transparência) e fomento da comunicação entre a
entidade delegatária e diversos atores do
235 gerenciamento de recursos hídricos. Finalizando
sua participação, a Sra. Laice passou a palavra à
Sra. Kátia, que deu continuidade à apresentação. A
Sra. Kátia expôs sobre a proposta de atualização do
Plano de Ações e Programas das Bacias PCJ de
240 2021 a 2025. Ela destacou a importância de
realocar o saldo proveniente dos recursos
empenhados para novas ações contratadas,
especialmente aquelas relacionadas ao saneamento
e obras. Dando início ao embasamento da proposta
245 para alteração, citou a Deliberação dos Comitês
PCJ nº 417/2022, no qual está disposto que cabe à
Fundação Agência das Bacias PCJ elaborar
propostas de alteração do PAP-PCJ 2021-2025 e no
respectivo POA-PCJ, referente a cada exercício,
250 envolvendo o remanejamento de saldos que não
foram utilizados, para ações que ainda não foram
contratadas e que estejam dispostas no PAP-PCJ
2021-2025 e POA-PC, referente ao exercício.
Caberá a Fundação Agência das Bacias PCJ,
255 juntamente com os Comitês PCJ, decidirem sobre a
inclusão ou exclusão de ações, levando em
consideração a arrecadação real dos recursos
provenientes da cobrança federal nas bacias PCJ.
Além disso, informou que a Fundação Agência das
260 Bacias PCJ elabora e encaminha à CT-PB, até o dia
31 de janeiro de cada ano, o Relatório sobre a
execução das ações previstas e proposta de
alteração no PAP-PCJ 2021-2025 e no respectivo
POA-PCJ, referente a cada exercício. A seguir, a
265 Sra. Kátia apresentou os saldos das ações de
investimento para as finalidades 1, 2 e 3, somando
os valores de 2021 e 2022. Ela detalhou os valores
aprovados, empenhados e o saldo de 2023,
conforme mencionado anteriormente pela Sra.
270 Laice. Por último, informou que o saldo efetivo de
2023 totalizou R\$ 13.442.543,91 (treze milhões,
quatrocentos e quarenta e dois mil, quinhentos e
quarenta e três reais e noventa e um centavos). Esse
saldo ficou com ajuste de 8,33%, o que se enquadra
275 na proposta de remanejamento de até 10% do
montante de aplicação dos recursos financeiros
previstos no PAP-PCJ. Assim, a proposta foi
encaminhada à CT-PB para apreciação e teve
parecer técnico favorável. Para concluir, a Sra.
280 Kátia destacou o aumento no empenho de recursos
em comparação com 2022. Em números, ela
mostrou que em 2022 foram empenhados
R\$ 23.300.000,00 (vinte e três milhões e trezentos
mil reais), enquanto em 2023 o empenho alcançou

- 285 R\$ 24.800.000,00 (vinte e quatro milhões e oitocentos mil reais). Em 2023, o desembolso atingiu 56% do valor empenhado, enquanto a proposta de alteração do PAP foi de 8,33% em relação ao montante total do PAP-PCJ, evidenciando o desafio que é o planejamento dos recursos. Após as explicações, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestações dos presentes e não havendo, submeteu o Relatório sobre a execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 – exercício 2023, bem como as propostas de alteração do PAP, à votação, sendo aprovados por unanimidade. **5. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano de Aplicação de recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista), na área das Bacias PCJ – exercício 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em discussão trata do cumprimento da Deliberação COFEHIDRO nº 213/20, de 31/01/2020. Essa deliberação estabelece que os comitês de bacias hidrográficas devem aprovar seus Planos de Aplicação dos recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo (cobrança paulista) até o final do mês de abril do exercício correspondente. O referido Plano formaliza a estimativa de arrecadação da Cobrança PCJ Paulista para o ano de 2024, bem como os ajustes na receita referente ao ano anterior. Posteriormente, o Sr. Denis cedeu a palavra ao Sr. Tony Douglas Segatto, coordenador da Coordenação Financeira da Fundação Agência das Bacias PCJ, que iniciou sua apresentação contextualizando o Plano de Aplicação da Cobrança PCJ Paulista. Ele apresentou os Anexos I, II e III da minuta de Deliberação em discussão. No Anexo I, explicou que se trata da previsão de arrecadação da Cobrança PCJ Paulista para o ano de 2024, totalizando uma receita de R\$ 22.013.000,00 (vinte e dois milhões e treze mil reais), dos quais 90% serão destinados a investimentos, enquanto os 10% restantes cobrirão despesas de custeio, incluindo as relacionadas à manutenção da Fundação Agência das Bacias PCJ. Em seguida, no Anexo II, o Sr. Tony detalhou as despesas de custeio para o ano de 2024, seguindo as normativas de custeio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Ele explicou cada item disposto na tabela do Anexo II, referente aos custos operacionais da cobrança, bem como as atividades de Secretaria Executiva e outras despesas de custeio. Em seguida, a Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ deu continuidade à apresentação, explanando sobre o Anexo III da minuta de Deliberação. Ela explicou que os empreendimentos estão subdivididos de acordo com sua situação, como “em análise”, “não iniciado”, “em execução”, “concluído” e “cancelado”. A Sra. Lívia detalhou que os empreendimentos indicados em 2022 tiveram seus valores comprometidos para o ano de 2023, enquanto os indicados em 2023 estão em diferentes estágios de execução. Ela também explicou que os saldos são tratados dependendo da situação de cada empreendimento. No ano de 2024, o valor remanescente é o resultado do saldo entre a alocação inicial e a aprovação do orçamento pelo agente técnico. A Sra. Lívia prosseguiu explicando que, no caso dos empreendimentos listados, os valores foram aprovados conforme consta na deliberação, portanto, não há saldo disponível para utilização. Os projetos listados para 2023 encontram-se em estágios diversos, com alguns já iniciados e outros ainda em análise. No caso dos empreendimentos concluídos, o saldo disponível para utilização corresponde à diferença entre o valor efetivamente desembolsado e o montante aprovado. Assim, os saldos gerados durante a execução são mantidos vinculados ao contrato correspondente até sua conclusão, sendo disponibilizados para investimento somente após o término do contrato. Por fim, a Sra. Lívia destacou que os empreendimentos cancelados apresentam saldos disponíveis para utilização de acordo com critérios específicos: para aqueles cancelados antes da emissão do contrato, o saldo corresponde ao valor deliberado; para os cancelados após a emissão do contrato, o saldo corresponde ao valor aprovado até o momento do cancelamento. Em seguida, o Sr. Denis concedeu a palavra para a manifestação dos presentes. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR), questionou sobre o valor de recursos financeiros disponibilizados para investimento, referenciando a previsão de rendimentos para o ano de 2024. Na sequência, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, respondeu ao questionamento explicando que os recursos do FEHIDRO são direcionados obrigatoriamente para

investimentos em renda fixa, com uma taxa de juros aproximada de 10% ao ano e complementou informando que devido ao montante existente no FEHIDRO, os rendimentos decorrentes são consideráveis. O Sr. Ivens também ressaltou que o saldo na conta FEHIDRO é resultado de uma defasagem temporal entre a execução e a liberação dos recursos, bem como da análise realizada pelo agente técnico, e que isso não significa que os valores já não estejam comprometidos com projetos. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação que aprova o Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - Cobrança PCJ Paulista - exercício 2024, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **6. Apreciação de minuta de deliberação que altera a Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, reti-ratificada em 07/12/2023 (editais de seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de saneamento, para financiamento com recursos do FEHIDRO, referente aos orçamentos de 2024 a 2027).** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, contextualizou o assunto informando que a proposta de alteração da Deliberação tem como objetivo aumentar o valor máximo de repasse para obras, diminuir a porcentagem de contrapartida para os valores mínimos exigidos no Manual de Procedimentos Operacionais do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (MPO-FEHIDRO) e permitir a contratação integrada de projeto executivo e obras. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra à Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, a qual deu início a sua apresentação informando que o cenário atual, é de aprovação do Plano de Aplicação da Cobrança PCJ Paulista para investimentos e a partir dessa situação específica, está sendo proposto algumas alterações do edital do FEHIDRO visando criar mais incentivos para captações de recursos. A Sra. Lívia citou que são 03 (três) principais alterações que estão sendo propostas: mudança da porcentagem mínima de contrapartida, baseado nas regras do MPO-FEHIDRO; aumento do valor máximo do repasse para obras; e a possibilidade de contratação

integrada da obra junto com o projeto executivo. A Sra. Lívia explicou que uma das propostas de alteração da Deliberação em discussão será no Anexo III, pois estava mais restritiva do que estabelecido pelo MPO-FEHIDRO para as porcentagens mínimas de contrapartida. Assim, a alteração proposta é simplificar as regras de contrapartida para seguir as regras do MPO-FEHIDRO, ficando valendo que os limites mínimos de contrapartida para a modalidade “Não reembolsável” de: 2% para municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; 5% para municípios que possuem uma faixa entre 50.000 (cinquenta mil) e 200.000 (duzentos mil) habitantes; e 10% para municípios com mais de 200.000 (duzentos mil) habitantes. Para a modalidade “Reembolsável” não tem há condicionantes referente ao número de habitantes e a contrapartida mínima é de 20%. A Sra. Lívia exemplificou com referência a alguns municípios que, após as alterações estabelecidas, as porcentagens de contrapartida ficaram mais baixas. Com isso, outro ajuste que se fez necessário na Deliberação em discussão, citada pela Sra. Lívia, foi a redação do artigo 15, que é decorrente da alteração nas porcentagens. Outra proposta de alteração foi no Anexo II, referente aos valores máximos de repasse, no artigo 1º. O valor máximo de repasse para obras, serviços e equipamentos para municípios enquadrados na 1ª até a 25ª posição da modalidade não reembolsável é de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), enquanto na modalidade reembolsável, municípios enquadrados na mesma posição de 1ª até 25ª, o valor máximo de repasse é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Também, como outra proposta de modificação é permitir a inclusão de obras e projetos executivos no mesmo contrato, desde que o projeto básico seja apresentado com detalhamento suficiente para licitação e execução do empreendimento. Além disso, foram realizados ajustes específicos, como a definição clara do início de vigência das regras no artigo 19 e a exclusão da referência a ações de obras e serviços de equipamentos para controle de perdas hídricas em sistemas de abastecimento de água do artigo 5º, sendo esta substituída por uma descrição mais precisa em outra seção. Concomitante, foram feitos ajustes no artigo 6º em relação ao tomador de recursos, incluindo obras como parte das propostas nesta atualização, o que não estava contemplado anteriormente. Após a conclusão da apresentação da Sra. Lívia, o Sr. Denis cedeu a palavra para

manifestações dos presentes. O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), elogiou a apresentação e fez uma observação sobre a minuta de Deliberação em discussão. Ele destacou que, inicialmente, havia uma percepção de escassez de recursos, uma cultura difícil de modificar, mas enfatizou a necessidade de discussões e atualizações nos critérios e ações para aumentar o financiamento dos projetos e assim promover maior desembolso. Por fim, o Sr. André ressaltou a importância das discussões em andamento e das atualizações nos critérios e ações, enfatizando a necessidade contínua de revisões para aprimorar o sistema. Em seguida, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, abordou a importância de investir os recursos de maneira eficiente e ágil. Ele também fez algumas considerações sobre os benefícios da proposta em andamento que trata da revisão das Cobranças PCJ (paulista e federal), o que proporcionaria maior arrecadação de recursos financeiros para investimentos. Em seguida, o Sr. Flávio Forti Stenico, representante do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), elogiou a equipe da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ pela apresentação. Ele concordou com os demais membros que se posicionaram favoráveis a alocação dos recursos extras em obras, com foco no setor de saneamento, pois considera essa a maior defasagem enfrentada pelos municípios atualmente. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a retri-ratificação da minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, que define cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de saneamento, visando a indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de 2024 a 2027, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **7. Apreciação de minuta de deliberação que cancela a indicação de empreendimentos para financiamento com recursos do FEHIDRO (Cobrança PCJ Paulista e CFURH).** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e

550 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou aos membros que a minuta de Deliberação em discussão cancela a indicação de empreendimentos, financiado com recursos da Cobrança PCJ Paulista, exercício 2021, 2022 e 555 2023. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra à Sra. Lívia Maria Ongaro Modolo, representante da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que iniciou sua apresentação informando que a minuta de Deliberação em 560 questão trata sobre o cancelamento de alguns empreendimentos indicados relacionados ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Dando continuidade a Sra. Lívia esclareceu que, dentre as indicações de empreendimentos em 2021, foi 565 estipulado um prazo para realização de licitação e liberação da primeira parcela. Após expirarem os prazos prorrogados, os empreendimentos que não cumpriram com os requisitos de licitação, conforme deliberado pelo Comitê Gestor do Fundo 570 Estadual de Recursos Hídricos (COFEHIDRO), foram cancelados. A Sra. Lívia também apresentou os nomes dos tomadores cujo empreendimentos foram cancelados. Em seguida, a Sra. Lívia apresentou os empreendimentos cancelados em 575 2023, por não atendimento ao prazo para contrato FEHIDRO reembolsável, especificados na Deliberação COFEHIDRO *ad referendum* nº 257, de 28 de julho de 2023, bem como os empreendimentos cancelados pelo não atendimento 580 aos documentos que o agente técnico solicitou ou do agente financeiro para a emissão do contrato. Contextualizou que os saldos gerados por conta desses empreendimentos, que estavam sendo 585 financiados com recursos da Cobrança PCJ Paulista, retornam ao comitê de bacia hidrográfica no orçamento de 2024 e 2025. Os saldos dos empreendimentos financiados com recursos da Compensação Financeira Pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) serão transferidos 590 para o Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), seguindo as diretrizes do Manual de Procedimentos Operacionais do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (MPO-FEHIDRO). Após as explicações da Sra. Lívia, o 595 Sr. Denis concedeu a palavra para manifestações dos presentes. Em seguida, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, contribuiu contextualizando sobre os contratos reembolsáveis, 600 explicando que há uma análise detalhada da capacidade de endividamento, que só se torna viável após o término do processo, e ressaltou a

605 atenção dedicada às indicações relacionadas aos
recursos da CFURH pela Fundação Agência das
Bacias PCJ. Ela destacou que o cancelamento de
projetos pode resultar na perda dos recursos
investidos, especialmente para municípios com
desafios específicos na capacidade de atendimento
das demandas. Em seguida e não havendo mais
610 manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de
Deliberação que cancela indicação de
empreendimentos, financiados com recursos da
Cobrança PCJ Paulista, exercício de 2021, 2022 e
2023, à votação, sendo aprovada por unanimidade
615 para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês
PCJ. **8. Apreciação de minuta de deliberação que
indica empreendimentos para financiamento
com recursos do FEHIDRO (Cobrança PCJ
Paulista e CFURH) – exercício 2024.** O Sr. Denis
620 Herisson da Silva, representante da Secretaria de
Agricultura e Abastecimento do Estado de São
Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL, contextualizou que a minuta de
Deliberação em discussão indica empreendimentos
625 para financiamento com recursos oriundos da
cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de
domínio do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ
Paulista), para o exercício de 2024. Em seguida, o
Sr. Denis passou a palavra à Sra. Lívia Maria
630 Ongaro Modolo, representante da Coordenação de
Projetos da Fundação Agência PCJ, a qual deu
início a apresentação informando que é a primeira
vez que ocorrerá a indicação de empreendimento
com o edital de fluxo contínuo. O item de pauta é
635 baseado na Deliberação dos Comitês PCJ nº
448/2023, no qual dispõe que, para que o
empreendimento seja indicado pelos Comitês PCJ,
a proposta deve obter a adequação técnica e
financeira e estar cadastrada no Sistema de
640 Informação do Fundo Estadual de Recursos
Hídricos (SinFEHIDRO), acompanhada dos
documentos obrigatórios, conforme as etapas
descritas no Quadro 1 da referida Deliberação.
Informou que, para o tomador ter a adequação
645 técnica e financeira, é necessário seguir todas as
etapas descritas no Edital. Em 2024, os tomadores
indicados são a Prefeitura Municipal de
Cosmópolis, com 02 (dois) empreendimentos, o
DAE S/A Águas e Esgoto de Jundiáí, com 01 (um)
650 empreendimento e a Prefeitura Municipal de
Louveira, também com 01 (um) empreendimento.
O total de repasse da Cobrança PCJ Paulista para
esses empreendimentos foi de R\$ 6.400.000,00
(seis milhões e quatrocentos mil reais). No
655 panorama geral do fluxo contínuo, conforme

continuou a Sra. Lívia, existe atualmente 10 (dez)
empreendimentos inscritos, sendo 04 (quatro)
desses aptos para indicação e já constam na
Deliberação atual, outros 04 (quatro) em análise e
660 02 (dois) não estão enquadrados nas ações
financiáveis e, portanto, foram indeferidos.
Ressaltou que as próximas indicações vão ocorrer
nas próximas reuniões da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL). Após a explanação da Sra.
665 Lívia, o Sr. Denis concedeu a palavra para
manifestações os presentes. Após as manifestações
dos presentes, o Sr. Denis submeteu a minuta de
Deliberação que indica empreendimentos para
financiamento com recursos oriundos da cobrança
670 pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio
do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ Paulista),
para o exercício de 2024, à votação, com
modificação da minuta de Deliberação sendo
adicionados mais 02 (dois) empreendimentos
675 habilitados, totalizando a indicação de 04 (quatro)
empreendimentos, sendo aprovada por
unanimidade para ser encaminhada aos Plenários
dos Comitês PCJ. **9. Apreciação de minuta de
deliberação que aprova os planos de trabalho
680 das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para o
período 2024/2025.** O Sr. Denis Herisson da Silva,
representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
685 FEDERAL, fez uma síntese do item de pauta
informando que a Deliberação dos Comitês PCJ nº
362/2021, estabelece que cada Câmara Técnica
(CT), com exceção da Câmara Técnica de
Planejamento (CT-PL), deve elaborar e encaminhar
690 para apreciação da CT-PL e dos Plenários, proposta
de Planos de Trabalho (PT) para o mandato, em
consonância com o Plano das Bacias PCJ. Assim, o
Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Tiago Valentim
Georgette, representante da Coordenação de Apoio
695 ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, que fez uma
breve apresentação sobre o item de pauta. O Sr.
Tiago ressaltou que o PT das CTs é aprovado para
o biênio 2024-2025, conforme disposto na
700 Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/2021 e aplica-
se a todas as CTs, exceto para a CT-PL. O Sr. Tiago
explicou que o PT está dividido em 03 (três)
categorias, sendo: (i) Categoria A: se refere as
demandas da Secretaria Executiva, como ações de
705 planejamento estratégico, ações de rotina, novos
projetos, bem como os projetos executados pela
Fundação Agência das Bacias PCJ, que é
acompanhado pela Secretaria Executiva; (ii)

710 Categoria B: abrange os temas para discussão
pautados pela Secretaria Executiva como
relevantes para serem discutidos; e (iii) Categoria
715 C: refere-se aos eventos promovidos pelas CTs. Em
seguida, o Sr. Tiago explicou o processo de
organização do PT, destacando que as
720 modificações internas ao ano em curso são
submetidas à coordenação, que encaminha uma
solicitação à Secretaria Executiva para avaliação e
aprovação. Na sequência, o Sr. Tiago fez uma
725 síntese sobre as atividades previstas no PT de cada
CT, conforme categorização previamente
detalhada. Na sequência, expôs a proposta de
eventos das CTs, para o período de 2024 a 2025,
730 detalhada no calendário mensal, correspondente
aos anos de 2024 e 2025. Em seguida, o Sr. Denis
735 abriu a palavra para manifestação dos presentes e
não havendo, submeteu a minuta de Deliberação
que aprova os Planos de Trabalho das Câmaras
Técnicas dos Comitês PCJ para o período
2024/2025, à votação, sendo aprovada por
740 unanimidade para ser encaminhada aos Plenários
dos Comitês PCJ. **10. Apreciação de minuta de
deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos
Comitês PCJ nº 463/23, de 07/12/2023, que
aprova o orçamento das Câmaras Técnicas dos
745 Comitês PCJ para o ano de 2024.** O Sr. Denis
Herisson da Silva, representante da Secretaria de
Agricultura e Abastecimento do Estado de São
Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL, explanou que a minuta de
750 Deliberação em discussão reti-ratifica a
Deliberação dos Comitês PCJ nº 463/23, de
07/12/2023, que trata sobre o orçamento das
Câmaras Técnicas (CTs) dos Comitês PCJ, para o
ano de 2024. Informou que para o ano de 2024, não
755 está planejada a realização do Encontro Nacional
de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), já
que no XXV ENCOB realizado entre os dias 21 e
25 de agosto de 2023, em Natal/RN, ficou decidido
que a XXVI edição será realizada no ano de 2025
760 na cidade de Vitória/ES. Mas, está em discussão no
âmbito do Fórum Nacional de Comitês de Bacias
Hidrográficas (FNCBHs) a realização em 2024 de
uma edição regional, denominado de Encontro
Regional dos Comitês de Bacias Hidrográficas
(ERCOB), sendo que para a região Sudeste o
765 espaço escolhido é em Belo Horizonte/MG. Está
também em discussão no âmbito da Rede Brasil de
Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB), a
realização do 1º Fórum Brasil das Águas, no mês
de agosto de 2024, no município de Foz do
Iguaçu/PR. Em seguida, o Sr. Tiago Valentim

Georgette, representante da Coordenação de Apoio
ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da
Fundação da Agência das Bacias PCJ, informou
765 que a reti-ratificação da Deliberação é necessária
para prever recursos financeiro para o custeio da
participação de representantes dos Comitês PCJ em
eventos no âmbito regional e nacional, sendo que a
Secretaria Executiva emitirá orientações sobre em
770 qual evento haverá custeio de participação, qual a
quantidade de representantes e os critérios de
indicação. Explicou também que, com o objetivo
de estruturar a execução das demandas das CTs, as
despesas relacionadas a elas são categorizadas em
775 três grupos específicos para custeio, utilizando
recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos
em rios de domínio da União (Cobrança PCJ
Federal), a saber: (i) Grupo I: despesas de viagens:
neste grupo estão previstas despesas com
780 pagamento de diárias aos membros das CTs,
conforme Deliberações dos Comitês PCJ nºs
282/2017, 304/2018, 329/2019, 442/2023, e com
valores atualizados pela Deliberação ad
referendum dos Comitês PCJ nº 465/24, de
785 10/01/2024; (ii) Grupo II: despesas com
organização de reuniões das CTs - neste grupo
estão previstas despesas com *coffee break* e outros
materiais para suporte às reuniões presenciais das
CTs e dos GTs; e (iii) Grupo III: despesas para
790 organização de eventos - neste grupo estão
previstas despesas decorrentes da realização de
eventos pelas CTs previstos na Categoria C do
Plano de Trabalho das CTs dos Comitês PCJ para
o biênio 2024-2025. Também informou que o valor
795 de custeio para participação em eventos técnicos é
limitado a R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)
por CT. O custeio da participação será para eventos
que tenham assunto em discussão ligado às
atribuições da CT e essa participação deverá ser
800 apresentada em Informe na reunião da referida CT.
A solicitação deve ser realizada à Secretaria
Executiva com, pelo menos, 60 (sessenta) dias de
antecedência e recomenda-se que a inscrição seja
realizada apenas depois de aprovada a participação
805 e custeio. Por fim, o Sr. Tiago apresentou uma
tabela contendo a proposta alteração do Grupo I –
item “Participação em Eventos Nacionais”,
elencando os grupos de despesa e as atividades de
cada CT, totalizando um valor final proposto de
810 R\$ 538.184,00 (quinhentos e trinta e oito mil e
cento e oitenta e quatro reais). Em seguida, o Sr.
Denis concedeu a palavra para manifestação dos
presentes. Na sequência, o Sr. Rodrigo Hajjar
Francisco, representante do Fórum das Américas,

815 informou que o ENCOB ocorrerá com frequência
bianaual e convidou todos os membros a
participarem do evento. Não havendo mais
manifestações, o Sr. Denis submeteu a minuta de
Deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos
820 Comitês PCJ nº 463/23, de 07/12/2023, que aprova
o Orçamento das Câmaras Técnicas dos Comitês
PCJ para o ano de 2024, à votação, sendo aprovada
por unanimidade para ser encaminhada aos
Plenários dos Comitês PCJ. **11. Apreciação de
825 minuta de deliberação que aprova o Relatório
Anual de Atividades (RAA) dos Comitês PCJ –
exercício 2023, elaborado em atendimento a
meta do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA,
celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e a
830 Agência Nacional de Águas e Saneamento
Básico (ANA).** O Sr. Denis Herisson da Silva,
representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
835 FEDERAL, informou que a minuta de Deliberação
em discussão trata do Relatório Anual de
Atividades (RAA) 2023, que faz referência ao
cumprimento do Plano Anual de Atividades (PAA)
2022. Destacou que, o RAA consiste em avaliar a
840 eficiência do planejamento da agenda do comitê de
bacia hidrográfica e suas instâncias pela entidade
delegatária. Nesse contexto, salientou que o
número de reuniões previstas e aprovadas no PAA
2022 deve ser integralmente cumprido, ressaltando
845 que qualquer variação no número de reuniões,
sejam novas ou canceladas, não deve exceder 10%
do total planejado no PAA aprovado, seja para mais
ou para menos. Caso contrário, poderá incorrer em
diminuição da nota do indicador que avalia o grau
850 de organização do planejamento anual de
atividades. Na sequência, o Sr. Denis cedeu a
palavra à Sra. Raquel Quirino, representante da
Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de
Recursos Hídricos da Fundação da Agência das
855 Bacias PCJ, que abordou o histórico da origem do
RAA e PAA. Explicou que através da Resolução nº
218, do CNRH, de 02/12/2020, foi delegado à
Fundação Agência das Bacias PCJ o exercício das
funções de competência das Agências de Água. Em
860 seguida, explanou que o contrato de Gestão
033/2021/ANA, celebrado entre a Agência
Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e
a Fundação Agência das Bacias PCJ, estabelece
diversos indicadores a serem atendidos, dentre eles
865 o “Indicador 1”, que compreende o PAA e o RAA
dos Comitês PCJ. Assim, em 2023, foi aprovado o
PAA 2022 através da Deliberação dos Comitês PCJ

nº 430/22, de 07/12/2022. Prosseguindo na linha do
tempo, a Sra. Raquel explicou que, através do
870 Ofício Agência das Bacias PCJ nº 20/2024,
encaminhou para apreciação dos Comitês PCJ o
RAA 2023, referente ao PAA 2022. Em seguida, a
Sra. Raquel apresentou uma tabela demonstrativa
dos intervalos de dados e quais resultados se
875 referem. Informou que os Comitês PCJ obtiveram
avaliação do “Indicador 1” baseado no RAA, entre
90% e 110%, o que confere a pontuação máxima.
Explicou que se a pontuação ficar abaixo de 90%
ou acima de 110%, isso resulta em uma pontuação
880 decrescente. Os Comitês PCJ obtiveram pontuação
referente ao índice de 102%, referente ao
cumprimento do PAA 2022, o que conferiu a
pontuação máxima estipulada pela ANA. Em
seguida, o Sr. Denis, abriu a palavra para
885 manifestações dos presentes e não havendo,
submeteu a minuta de Deliberação que aprova o
Relatório Anual de Atividades (RAA) dos Comitês
PCJ – exercício 2023, elaborado em atendimento a
meta do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA,
890 celebrado entre a Agência das Bacias PCJ e a
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA), à votação, sendo aprovada por
unanimidade para ser encaminhada aos Plenários
dos Comitês PCJ. **12. Apreciação de minuta de
895 deliberação que aprova o Plano de Trabalho
Anual (PTA) – exercício 2024 e o Relatório de
Atividades Anual (RAA) – exercício 2023, do
CBH-PCJ, em atendimento ao Programa
Nacional de Fortalecimento dos Comitês de
900 Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da
Agência Nacional de Águas e Saneamento
Básico (ANA).** O Sr. Denis Herisson da Silva,
representante da Secretaria de Agricultura e
Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e
905 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, fez uma breve explicação sobre a
minuta de Deliberação que apresenta o Plano de
Trabalho Anual (PTA), exercício 2024 e Relatório
de Atividades Anual (RAA), exercício 2023, do
910 CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional
de Fortalecimento dos Comitês de Bacias
Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência
Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
O CBH-PCJ participa do Programa desde 2019 e
915 possui diversos indicadores e metas a serem
cumpridos. Anualmente devem ser preenchidas
diversas planilhas e tabelas, além da alimentação
de dados nos sistemas CINCO e Doc-CBH da ANA.
Na sequência, o Sr. Gabriel Sobreira, representante
920 da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de

Recursos Hídricos da Fundação da Agência das Bacias PCJ, explicou que a Deliberação em questão se refere as metas do PROCOMITES, diferente da Deliberação apresentada no item de pauta anterior ,
925 que tratou a respeito do contrato de gestão celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a ANA. Esclareceu que, o PROCOMITES é um programa da ANA com o objetivo de fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas.
930 O intermediador desse programa no Estado de São Paulo é a Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Logística (SEMIL). A minuta de Deliberação apresenta no Anexo I o Plano de Trabalho Anual (PTA), referente ao exercício de 2024 e o Anexo II o Relatório de Atividades Anual (RAA), referente ao exercício de 2023. Na sequência, o Sr. Denis abriu a palavra manifestações dos presentes e não havendo, submeteu a minuta de Deliberação que aprova o
940 Plano de Trabalho Anual (PTA) - exercício 2024 e o Relatório de Atividades Anual (RAA) - exercício 2023, do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, da Agência
945 Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **13. Constituição do GT-Eleições 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de
950 Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou sobre o item de pauta, lembrando que a constituição do Grupo de Trabalho Eleições 2024 (GT-Eleições 2024), no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), se faz necessário para que o GT atue na elaboração da minuta de Deliberação que aprova calendário, regras, edital, procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral (CE) para as eleições
960 dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), para o mandato 2025-2027. Em seguida, à Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da
965 Fundação Agência das Bacias PCJ, informou sobre a necessidade de proceder à recomposição dos Plenários dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), até 31 de março de 2025. Nesse sentido, destacou a importância de elaborar um calendário, regras e edital contendo os procedimentos eleitorais para as referidas eleições. Em decorrência disso é necessário formar o GT-Eleições 2024, encarregado de elaborar tais

procedimentos. Os membros interessados
975 manifestaram seu interesse, culminando na constituição do GT-Eleições 2024, com os seguintes participantes: Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA); Sr.
980 João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro; Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Logística (SEMIL); Sr. Paulo Takeyama, representante da Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Salto (AEAS); Sr. Hélio Rubens G. Figueiredo, representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP); Sr. Laerson Andia Júnior, representante da Prefeitura
985 Municipal de Santa Bárbara d'Oeste; Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR); Sra. Raquel Eliana Metzner, representante do Instituto de Proteção Sócio
990 Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C) e Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas (FA). Ao finalizar as indicações, o Sr. Denis questionou aos membros se havia alguma manifestação ou dúvida quanto ao item de pauta e não havendo, solicitou à equipe da Secretaria Executiva o suporte necessário junto ao GT-Eleições 2024, na elaboração da minuta de Deliberação e demais procedimentos necessários
1000 relacionados ao tema. **14. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e
1005 Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a minuta de Deliberação em discussão tem como objetivo aprovar o Relatório Final e o Relatório Síntese do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari (PDM-BHC). No dia 06 de dezembro de 2023, ocorreu uma Audiência Pública, por videoconferência, com o propósito de receber contribuições pertinentes ao conteúdo do
1010 Relatório Final. Posteriormente, o referido relatório foi submetido à apreciação pelo Grupo Técnico de Acompanhamento da Fundação Agência das Bacias PCJ, composto por representantes dos municípios e das Câmaras Técnicas dos Comitês
1015 PCJ. Após avaliação, conforme recomendações, fez-se necessário o encaminhamento do Relatório

- Final para apreciação pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). Assim, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Sidnei Agra, representante da
- 1030 Profill Engenharia e Ambiente S/A, para apresentação do tema. O Sr. Sidnei informou que os recursos que custearem os estudos são oriundos da Cobrança PCJ Federal, previstos no Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ 2021-2025
- 1035 (PAP-PCJ 2021-2025). O acompanhamento dos trabalhos foi realizado pela Fundação Agência das Bacias PCJ e contou com o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) envolvendo técnicos das prefeituras dos 15 municípios envolvidos, além de
- 1040 representantes das Câmaras Técnicas de Saneamento (CT-SA), de Uso e Conversão da Água no Meio Rural (CT-Rural), de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Os trabalhos para a elaboração do Plano
- 1045 iniciaram em fevereiro de 2022 e a previsão de término é maio de 2024. O Sr. Sidnei esclareceu que o propósito principal do Plano é reduzir de forma progressiva a frequência, intensidade e
- 1050 gravidade das inundações em áreas já afetadas ou potencialmente vulneráveis. Como objetivos específicos, definiu-se a necessidade de identificar as causas das inundações nas zonas urbanas dos municípios da região e apresentar propostas de
- 1055 ações, estruturais e não estruturais, para o controle de cheias a curto, médio e longo prazo nas áreas urbanas dos 15 (quinze) municípios situados na Bacia Hidrográfica do Rio Capivari. O Sr. Sidnei explicou que as atividades desenvolvidas foram
- 1060 agrupadas em 04 (quatro) etapas. A primeira etapa foi de planejamento, na qual ocorreu o seminário inicial em 15 de março de 2022, contemplando o Plano de Trabalho. Na segunda etapa, houve 03 (três) atividades de destaque, sendo (i) o
- 1065 levantamento de dados e informações básicas; (ii) a execução de serviços de campo; e (iii) o diagnóstico e prognóstico. Nessa etapa, foi realizado 02 (dois) seminários nas datas 15/06/2022 e 06/12/2022. Na terceira etapa houve
- 1070 04 (quatro) atividades sequenciais as anteriores, sendo (i) propostas das ações imediatas e não estruturais; (ii) propostas das ações estruturais e sistemáticas; (iii) plano de ações; e (iv) planta das ações. Na quarta e última etapa foi realizado a
- 1075 Audiência Pública, Relatório Final e Síntese. O Plano resultou em 10 (dez) produtos e 04 (quatro) seminários, já finalizados. Dando continuidade, o Sr. Sidnei apresentou que o Relatório Final, que está dividido em 03 (três) tomos, sendo: (i) Tomo I
- 1080 - contempla o levantamento de dados, diagnósticos e prognósticos; (ii) Tomo II - reúne estudos de alternativas estruturais e não-estruturais; e (iii) Tomo III - contém informações do plano de ações e planta das ações estruturais. Também esclareceu que foi emitido um folheto digital que contempla as
- 1085 principais informações sobre o PDM-BHC. Dando prosseguimento, o Sr. Sidnei apresentou através de um fluxograma, o Plano de Ações proposto para a BHC. Começou explicando que o PDM-BHC foi subdividido em programas para medidas estruturais e não estruturais e a partir disso, percorreu sobre cada programa e suas subcategorias. Ao final, explicou que foi contabilizado 08 (oito) programas, 35 (trinta e cinco) ações, sendo que o prazo total é
- 1090 de 20 (vinte) anos e o valor total de investimento é de R\$ 262.000.000,00 (duzentos e sessenta e dois milhões de reais). Dando continuidade à apresentação, expôs 08 (oito) programas com suas respectivas ações e as estratégias de implantação.
- 1095 Ao final, apresentou um resumo dos programas propostos com os custos de medidas estruturais, como travessias, canalizações e diques, por município, totalizando um valor de R\$ 197.244.741,00 (cento e noventa e sete milhões, duzentos e quarenta e quatro mil e setecentos e
- 1100 quarenta e um reais). Após as explicações, o Sr. Denis abriu a palavra para manifestações dos presentes. O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura, Meio
- 1105 Ambiente e Logística (SEMIL), explanou que o PDM-BHC é um complemento ao Plano de Bacias PCJ, pois acaba reunindo informações essenciais e fornecendo diretrizes aos órgãos gestores. Em seguida, o Sr. Tadeu Fabrício Malheiros, representante da Escola de Engenharia de São Carlos/USP - Departamento de Hidráulica e Saneamento (EESC/SHS) e coordenador da
- 1110 Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID), indagou se o Plano em discussão apresenta algum conflito com as informações presentes no Plano de Bacias PCJ e caso exista, se poderia resultar em modificações no conteúdo da próxima atualização do Plano de Bacias PCJ. O Sr. Sidnei esclareceu que não
- 1115 ocorreu nenhum conflito de informações relacionadas ao Plano de Bacias PCJ. Ele explicou que o Plano abrange detalhes específicos de algumas áreas das Bacias PCJ e que não houve discrepância em relação ao que foi apresentado no contexto do Plano de Bacias PCJ. Em seguida e não
- 1120 havendo mais manifestação, o Sr. Denis submeteu a minuta de Deliberação que aprova o Plano Diretor
- 1125
- 1130

de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **15. Outros assuntos.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que não houve a propositura para a discussão de outros assuntos. **16. Informes. 16.1. da Secretaria Executiva** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que: **a)** os Comitês PCJ, em atendimento ao seu Plano de Capacitação, para o exercício 2023, parabenizou os membros que realizaram cursos de capacitação externo e encaminharam seus certificados para a Secretaria Executiva; **b)** o Portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), está com inscrições abertas para diversos cursos na área de gestão de recursos hídricos e assuntos correlatos. Os cursos são gratuitos, de curta duração e com a emissão de certificados (link: <https://capacitacao.ana.gov.br/cursos>). Salientou que, após a realização dos cursos os representantes devem encaminhar os certificados para a Secretaria Executiva para registro em banco de dados; **c)** em 13/03/2024, na Universidade São Francisco, no município de Bragança Paulista/SP, ocorrerá a 2ª Edição do Movimento “Jovem, vem para o PCJ!”, com o objetivo de incentivar e integrar os jovens na gestão dos recursos hídricos; **d)** a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi), avaliou o Relatório de Situação da UGRHI 05 (Bacias PCJ) e conferiu a nota 9,9, sendo que a versão simplificada pode ser acessado através do link <https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-PCJ/26097/relatoriosituacaopecj2023.pdf>; **e)** através do decreto nº 11.872/23, houve a atualização dos valores de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, utilizados como base para os valores praticado para os membros dos Comitês PCJ. O Sr. Denis também esclareceu que a ANA emitiu o ofício Circular nº 09/2024/SAS/ANA, datado de 09/01/2024, considerado a classe “c” para os membros de CBHs e que os valores foram atualizados através da Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 465/24, de 10/01/2024; e **f)** em 20/02/2024, ocorreu a 13ª Reunião das Secretarias Executivas dos CBHs da Bacia do Rio Tietê, na qual a Sra. Caroline Túbero Bacchin, Secretária-executiva do CBH-SMT e adjunta do CBH-PCJ foi eleita como coordenadora do Grupo. Além disso, foi tratado assuntos relacionados à apuração e mitigação das fontes de poluição no baixo curso do Rio Tietê e questões relacionadas a cobrança rural paulista. **16.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: **a)** em 16/02/24, a Diretoria da Fundação Agência das Bacias PCJ participou da reunião de integração das Entidades Delegatárias (ED) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em Belo Horizonte/MG, na qual foram abordados tópicos que visam o fortalecimento dos trabalhos executados no âmbito das EDs; **b)** em 29/02/2024, ocorreu em Campinas/SP, no Centro das Indústria do Estados de São Paulo (CIESP-Campinas), a 3ª Oficina de Trabalho do Estudo de Aperfeiçoamento da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ, conduzido pela contratada HIDROBR Consultoria Ltda.; **c)** em 22/02/2024, por videoconferência, ocorreu a reunião do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão 2021-2025, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ e a ANA, conduzida pela equipe de Coordenação de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ, no qual foram apresentados e validados os resultados e metas por indicadores pertinentes ao Plano de Trabalho do Contrato de Gestão vigente; **d)** a Fundação Agência das Bacias PCJ encaminhou o Relatório Anual dos resultados do Contrato de Gestão ANA nº 033/2020/ANA, exercício 2023, para aviação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); e **e)** em 28/02/2024, no espaço Terra Viva, no município de Holambra/SP, foi realizado pela Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, a capacitação para elaboração de Planos de Mata Atlântica e Cerrado com o objetivo de contextualizar sobre o conteúdo do PMMA/Cerrado e as primeiras orientações para criação do GT-Executivo. **16.3 dos membros dos Comitês PCJ.** Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra para que os demais membros pudessem fazer seus informes: **a)** o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura, Meio Ambiente e Logística (SEMIL), informou que a Oficina de Trabalho para o aprimoramento da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ, está sendo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 92ª Reunião Ordinária da CT-PL

Faculdade de Tecnologia - FT/UNICAMP - Limeira/SP - 08/03/2024 - 9:30 horas

- 1240 conduzida pela HIDROBR Consultoria Ltda. Durante as discussões, foi considerado importante manter a cobrança com base no volume outorgado, mantendo-a como parte do gerenciamento dos recursos hídricos. Também foi mencionada a realização de uma campanha para revisão dos valores a serem cobrados, antes de serem submetidos à CT-PL e aos Plenários; e b) a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), presidente do
- 1245
- 1250 CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, informou que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), irá realizar no dia 14/03/2024, um evento online com transmissão pelo YouTube relacionado a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais. **17. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.
- 1255

Denis Herisson da Silva

Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL e Coordenador da
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)